



**DA TERRA EM CHAMAS ÀS VOZES SILENCIADAS: A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NOS CONFLITOS AGRÁRIOS, CRIMES AMBIENTAIS E NA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA<sup>1</sup>**

***FROM BURNING LANDS TO SILENCED VOICES: THE LABOR PROSECUTION SERVICE'S ACTION IN AGRARIAN CONFLICTS, ENVIRONMENTAL CRIMES, AND CONTEMPORARY SLAVERY***

***DE LA TIERRA EN LLAMAS A LAS VOCES SILENCIADAS: LA ACTUACIÓN DEL MINISTERIO PÚBLICO DEL TRABAJO EN LOS CONFLICTOS AGRARIOS, LOS DELITOS AMBIENTALES Y LA ESCLAVITUD CONTEMPORÁNEA***

**Stefhanne Caroline de Souza Santos Magalhaes<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup>Resumo apresentado ao GT Segurança Pública, Criminalidade e Políticas de Prevenção, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

<sup>2</sup> Advogada, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS/UNIR). Pesquisadora do grupo de pesquisa Direito e Políticas Públicas na Amazônia Ocidental - DPPAO. Membro da Comissão Permanente de Estudos de Direito do Trabalho da OAB Seccional Rondônia (OAB/RO). E-mail: [stefhanne.magalhaes@gmail.com](mailto:stefhanne.magalhaes@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3755510872360668>



## **Introdução**

A Pan-Amazônia tem se configurado como uma das regiões mais críticas do mundo em termos de degradação ambiental e violações de direitos humanos. Na Amazônia Ocidental, a sobreposição entre expansão agropecuária, desmatamento e expropriação territorial constitui um nexos entre conflito agrário, crime ambiental e escravidão contemporânea. Tais fenômenos são sustentados por um modelo de desenvolvimento baseado na violência e na invisibilidade das populações locais.

O presente estudo analisa a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) diante dessas dinâmicas, buscando compreender os limites e possibilidades de sua intervenção institucional em contextos de fronteira internacional. Parte-se do pressuposto de que as violações não ocorrem isoladamente, mas compõem um sistema de espoliação territorial e humana que exige respostas integradas. O objetivo é propor um modelo de segurança integrada voltado à cooperação interinstitucional e internacional, com foco na promoção do trabalho decente e na justiça socioambiental.

A pesquisa insere-se na linha Defesa e Segurança da Amazônia, articulando direitos humanos, segurança ambiental e governança territorial. Ao compreender o papel do MPT como agente de transformação institucional, pretende-se fortalecer as redes de proteção social e o protagonismo das populações amazônicas.



## Desenvolvimento

### 1. Fundamentação teórica

A base teórica do estudo apoia-se em autores como Silva (2015; 2025), que interpreta a Amazônia a partir das transformações territoriais promovidas pelo agronegócio e pela reconfiguração das fronteiras. A lógica de mercantilização do território intensifica conflitos fundiários e fragiliza comunidades tradicionais. Santos (1996) e Porto-Gonçalves (2006) complementam essa visão ao situar a Amazônia como espaço de marginalização global, funcional ao capital e à extração de recursos.

Assim, a pesquisa apoia-se em estudos sobre as implicações do avanço do agronegócio e do desmatamento sobre as populações tradicionais (PORTO-GONÇALVES, 2006). No campo jurídico e institucional, a análise considera o papel do Ministério Público na tutela dos direitos humanos e na defesa da ordem jurídica (DUPRAT, 2001; PIOVESAN, 2022).

O trabalho escravo é compreendido como fenômeno estrutural vinculado à informalidade, ao isolamento geográfico e às dinâmicas econômicas ilegais (FIGUEIRA, 2004; GOMES; GUIMARÃES NETO, 2016). Assim, o MPT torna-se peça-chave na articulação de respostas institucionais coordenadas que associem fiscalização, responsabilização e promoção do trabalho decente.

### 2. Metodologia



Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa e descritiva, combinando análise documental, levantamento de dados públicos e observação direta. São utilizadas técnicas de geoprocessamento (QGIS) para identificar territórios críticos, entrevistas semiestruturadas com trabalhadores rurais e agentes institucionais, além de análise de conteúdo conforme Bardin (2016).

O trabalho de campo abrange comunidades situadas nas fronteiras Brasil-Bolívia, especialmente nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, locais onde se concentram conflitos fundiários e situações de trabalho degradante. O estudo prevê também a escuta ativa das comunidades e a triangulação dos dados empíricos, teóricos e documentais.

### **Resultados esperados e produto técnico**

Espera-se sistematizar boas práticas e desafios da atuação do MPT na Amazônia Ocidental, com vistas à elaboração de diretrizes institucionais para o fortalecimento da atuação integrada com outros órgãos públicos (IBAMA, Polícia Federal, Defensoria e Justiça do Trabalho).

O produto técnico consistirá em um protocolo de atuação do MPT voltado ao enfrentamento do trabalho escravo associado ao desmatamento e aos conflitos agrários, promovendo ações preventivas, educativas e repressivas. Tal proposta visa aperfeiçoar a resposta institucional, reforçando a missão constitucional do MPT e sua inserção em redes de proteção social e ambiental.

### **Considerações Finais**



O estudo propõe uma mudança de paradigma na atuação do MPT na Amazônia: de uma postura reativa e fragmentada para uma atuação integrada, preventiva e transnacional. A pesquisa evidencia que o nexos entre conflito agrário, crime ambiental e escravidão contemporânea constitui expressão de um modelo econômico excludente e violento.

O estudo conclui que o MPT desempenha papel central na articulação entre justiça social e sustentabilidade ambiental na Amazônia. Sua atuação contra o trabalho escravo, embora consolidada, precisa incorporar a dimensão territorial e ecológica das violações, fortalecendo a cooperação com outras instituições.

Mais do que propor uma rede internacional de segurança, a pesquisa propõe o aprimoramento da governança institucional do MPT, mediante integração de dados, capacitação de agentes e fortalecimento das ações interinstitucionais.

Dessa forma, o trabalho contribui para qualificar a presença do MPT nas fronteiras amazônicas, ampliar a efetividade das políticas de combate ao trabalho escravo e reafirmar o compromisso da instituição com os direitos humanos e a proteção da Amazônia.

O impacto social do projeto se manifesta tanto na qualificação institucional do MPT quanto na proteção efetiva de territórios e populações vulnerabilizadas. Assim, a pesquisa afirma o compromisso ético com os direitos humanos, a dignidade do trabalho e a preservação da Amazônia como patrimônio comum da humanidade.

**Palavras-chave:** conflito fundiário, crimes ambientais, trabalho escravo.



## Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- DUPRAT, Débora. Direitos humanos e a função do Ministério Público. In: BOBBIO, Norberto et al. **Perspectivas dos direitos humanos**. São Paulo: Ática, 2001.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar**. São Paulo: Loyola, 2004.
- GOMES, Angela de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Amazônia, dinâmicas territoriais e conflitos agrários: revisão de uma trajetória de curta duração**. *Revista NERA*, v. 28, n. 1, 2025. DOI: 10.47946/rnera.v28i1.10467.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia**. *Confins*, n. 23, 2015. DOI: 10.4000/confins.9949.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa; MICHALSKI, Amanda. **A caminho do Norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia Ocidental)**. *Confins*, n. 45, p. 22–?, 2020. DOI: 10.4000/confins.28017.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa; SILVA, Viviane Vidal da; LIMA, Luís Augusto Pereira. **Os novos eixos da fronteira na Amazônia ocidental**. *Confins*, n. 43, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/24950>. Acesso em: 11 nov. 2024.



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DHJUS 2025

**FUTUROS POSSÍVEIS**